

Serviços serão transferidos para outras instituições

Objetivo é cortar gastos e passar a usar hospitais públicos, universitários e filantrópicos

Dar o socorro necessário ao Iamspe não é tarefa fácil quando se pensa na fonte de receita da instituição, aliada às dívidas existentes. O orçamento do Iamspe (R\$ 133 milhões) é formado pela arrecadação de 2% do salário dos funcionários públicos e pela verba do governo estadual. Com esse valor, a verba destinada per capita por ano para o atendimento aos servidores e seus dependentes corresponde a R\$ 45,00. Nada mais que R\$ 3,75 por mês por paciente.

O principal ponto de ataque da nova administração será o combate aos gastos com os procedimentos feitos em hospitais particulares. "Vamos transferir os serviços para hospitais públicos, universitários e filantrópicos, conveniados ao SUS", afirma Nelson Ibanez, superintendente do Iamspe. "Tentaremos reverter esse recurso para que seja reativado o hospital." De acordo com Ibanez, em dois meses, será possível reduzir o número de convênios pela metade. "Utilizaremos a política inversa utilizada pela gestão anterior", avisa.

No dia 23 de fevereiro, a superintendência do hospital baixou uma portaria para impedir o excesso de solicitação de exames externos. "Estamos buscando um procedimento racional sem prejuízo da qualidade do atendimento ao usuário", explica.

Ao mesmo tempo, foi formada uma comissão para identificar os problemas ligados à não realização desses exames pelo hospital; estudar formas de encaminhamento aos serviços ligados ao Sistema Único de Saúde (SUS); e propor medidas para que em curto ou médio prazo os procedimentos possam ser realizados no próprio hospital.

Outra meta da nova administração é diminuir a média de permanência dos pacientes internados de 15 para 7 dias. "Com isso, poderemos atender 3 pacientes por leito por mês, dobrando o atendimento."

O sistema de compras por pronto-pagamento e o envio de pacientes a hospitais particulares pelo Iamspe são "absurdos" na opinião do secretário estadual da Saúde, José da Silva Guedes. "A conduta é estranha, inadequada e pode dar margem à suspeita de fraude", afirma o secretário. "Não faz sentido encaminhar um paciente ao Albert Einstein quando pode ser atendido por um hospital conveniado ao SUS."

O Hospital do Servidor Público Estadual, porém, segundo Guedes, é apenas uma amostra da situação enfrentada pelos hospitais da rede pública estadual. "O quadro é o mesmo em vários outros hospitais da secretaria", declara Guedes, que em janeiro assumiu o cargo com uma dívida de R\$ 314 milhões. "Se a arrecadação for suficiente, a dívida já consome 20% do orçamento previsto."

Na visão do secretário, a saída é entregar a direção do Iamspe aos próprios funcionários públicos. "O Estado se comportaria como patrão, bancando uma parte da assistência de seus funcionários", explica. Mas a proposta de auto-gestão deverá esperar. "Primeiro, o hospital tem que ser recuperado e voltar a atender em sua capacidade, inclusive contratando o pessoal necessário."